

# LEIS.DIGITAL

ESTUDE APENAS O QUE JÁ CAIU.

## SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES



PARA AS PROVAS DO ENAM  
E DA **MAGISTRATURA**  
ELABORADAS PELA FGV



**33 PROVAS ANALISADAS** (2021-2026)



FOCO NO  
QUE IMPORTA



OBJETIVIDADE  
E PRECISÃO



CONTEÚDO  
JURÍDICO  
ESTRATÉGICO



PARA QUEM  
QUER IR ALÉM

## SOBRE O MATERIAL

### A repetição de temas nas provas elaboradas pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)** não é novidade para quem acompanha os concursos da **Magistratura** e o **ENAM**.

Com o propósito de tornar o estudo mais direcionado e eficiente, este material reúne os artigos de lei, enunciados de súmulas e precedentes judiciais efetivamente cobrados nas questões objetivas das provas organizadas pela FGV.

Para potencializar seu aprendizado e otimizar suas revisões, foram incluídos **apenas os dispositivos legais e julgados que já foram exigidos pela banca**, eliminando conteúdos de baixa relevância e permitindo um estudo mais estratégico.

Os dispositivos legais foram reproduzidos **na íntegra**, preservando o contexto normativo indispensável à compreensão do tema. Contudo, os **parágrafos, incisos, alíneas e demais trechos especificamente cobrados** nas provas encontram-se **destacados em negrito** e identificados com as respectivas **hashtags das provas** em que foram exigidos.

### NOVIDADE!

Os **enunciados de súmulas e os julgados cobrados nas provas aplicadas em 2026** receberam **destaque visual especial**, com fundo realçado, facilitando sua rápida identificação durante a revisão. **#FGV (26)**

Além disso, **ao final de cada assunto**, foram inseridas as **respectivas questões objetivas** em que o dispositivo ou precedente foi cobrado, permitindo ao leitor compreender a forma como a FGV explora cada tema.

Como complemento, os materiais extras contendo as **Súmulas**, os **Temas de Repercussão Geral do STF**, os **Temas de Recursos Repetitivos do STJ** e os **Incidentes de Assunção de Competência (IAC)** foram organizados **em ordem numérica**, proporcionando uma consulta rápida e sistematizada.

Esperamos que este material seja uma ferramenta útil na sua preparação e contribua de forma decisiva para a sua aprovação.

**Bons estudos!**

Conheça também a plataforma **[LEIS.DIGITAL](#)**  
e acompanhe as novidades pelo Instagram **[@LEIS.DIGITAL](#)**.

**Junho de 2026**

Ana Paula Dias

**Encontrou algum erro no material?** Encaminhe um e-mail ([leisdigital@gmail.com](mailto:leisdigital@gmail.com)).

## PROVAS ANALISADAS

- **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** (edital 01/06/2021) - #FGV (TJPR-21)
- **Tribunal de Justiça do Estado do Amapá** (edital 01/10/2021) - #FGV (TJAP-22)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** (edital 10/05/2022) - #FGV (TJSC-22)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco** (edital 19/07/2022) - #FGV (TJPE-22)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul** (edital 16/01/2023) - #FGV (TJMS-23)
- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região** (edital 23/03/2023) - #FGV (TRF1-23)
- **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo** (edital 03/04/2023) - #FGV (TJES-23)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás** (edital 14/08/2023) - #FGV (TJGO-23)
- **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** (edital 04/09/2023) - #FGV (TJPR-23)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** (edital 06/11/2023) - #FGV (TJSC-24)
- **1º Exame Nacional da Magistratura – ENAM e reaplicação** (edital 01/02/2024) - #FGV (1ENAM-24)
- **2º Exame Nacional da Magistratura – ENAM** (edital 05/07/2024) - #FGV (2ENAM-24)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** (edital 01/07/2024) - #FGV (TJSC-24-2)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso** (edital 15/08/2024) - #FGV (TJMT-24)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco** (edital 16/08/2024) - #FGV (TJPE-24)
- **Tribunal Regional Federal da 3ª Região** (edital 03/01/2025) - #FGV (TRF3-25)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe** (edital 10/12/2024) - #FGV (TJSE-25)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** (edital 29/01/2025) - #FGV (TJSC-25)
- **3º Exame Nacional da Magistratura – ENAM** (edital 04/02/2025) - #FGV (3ENAM-25)
- **Tribunal Regional Federal da 5ª Região** (edital 15/01/2025) - #FGV (TRF5-25)
- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região** (edital 28/02/2025) - #FGV (TRF1-25)
- **Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins** (edital 29/01/2025) - #FGV (TJTO-25)
- **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** (edital 16/04/2025) - #FGV (TJCE-25)
- **4º Exame Nacional da Magistratura – ENAM** (edital 03/07/2025) - #FGV (4ENAM-25)
- **Tribunal Regional Federal da 6ª Região** (edital 25/08/2025) - #FGV (TRF6-25)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul** (12/08/2025) - #FGV (TJMS-25)
- **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** (edital 24/11/2025) - #FGV (TJPR-26)
- **Tribunal de Justiça do Estado do Pará** (edital 01/12/2025) - #FGV (TJPA-26)
- **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás** (edital 18/12/2025) - #FGV (TJGO-26)
- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** (edital 17/12/2025) - #FGV (TRF2-26)
- **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia** (edital 30/01/2026) - #FGV (TJBA-26)
- **5º Exame Nacional da Magistratura - ENAM** (edital 03/03/2026) - #FGV (5ENAM-26)

## SUMÁRIO

SÚMULAS VINCULANTES (STF)	5
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	7
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	20
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	21

# SÚMULAS VINCULANTES (STF)

## Súmula Vinculante 3

Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula Vinculante 5

A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição. #FGV (TJPR-21)

## Súmula Vinculante 6

Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial. #FGV (TRF3-25)

## Súmula Vinculante 11

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. #FGV (2ENAM-24/TJMT-24)

## Súmula Vinculante 13

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula Vinculante 14

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula Vinculante 18

A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da CRFB. #FGV (TJSC-22)

## Súmula Vinculante 21

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo. #FGV (TJAP-22/TJSC-24-2)

## Súmula Vinculante 23

A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada. #FGV (2ENAM-24)

## Súmula Vinculante 25

É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito. #FGV (TJSC-24/TJSC-24-2)

## Súmula vinculante 27

Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a Anatel não seja litisconsorte passiva necessária, assistente nem opoente. #FGV (TJPE-24)

## Súmula Vinculante 28

É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula vinculante 37

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia. #FGV (TJPA-26)

## Súmula Vinculante 43

É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

#FGV (TJGO-23/TJMS-25)

## Súmula Vinculante 44

Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público. #FGV (2ENAM-24)

## Súmula Vinculante 45

A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual. #FGV (TRF3-25)

## Súmula Vinculante 46

A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União. #FGV (TJPE-22/TJES-23)

## Súmula vinculante 49

Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área. #FGV (TJMS-25)

## Súmula Vinculante 50

Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

#FGV (TJES-23)

## Súmula Vinculante 59

É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, § 2º, alínea c, e do art. 44, ambos do Código Penal. #FGV (TJPE-24)

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

## Súmula 145-STF

Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação. #FGV (2ENAM-24/TJBA-26)

## Súmula 149-STF

É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança. #FGV (TJMS-23)

## Súmula 187-STF

A responsabilidade contratual do transportador, pelo acidente com o passageiro, não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva. #FGV (TJPE-24)

## Súmula 245-STF

A imunidade parlamentar não se estende ao corréu sem essa prerrogativa. #FGV (TJPR-21)

## Súmula 260-STF

O exame de livros comerciais, em ação judicial, fica limitado às transações entre os litigantes. #FGV (TJMS-25)

## Súmula 266-STF

Não cabe mandado de segurança contra lei em tese. #FGV (TJPR-26)

## Súmula 269-STF

O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança. #FGV (1ENAM-24/TJBA-26)

## Súmula 271-STF

Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria. #FGV (TJGO-23/1ENAM-24/TJBA-26)

## Súmula 281-STF

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada. #FGV (2ENAM-24)

## Súmula 304-STF

Decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não impede o uso da ação própria. #FGV (TJES-23/TJMT-24)

## Súmula 308-STF

A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel. #FGV (TRF1-23/TJBA-26)

## Súmula 377-STF

No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento. #FGV (TJMS-25)

## Súmula 383-STF

A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula 430-STF

Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança. #FGV (TJBA-26)

## Súmula 448-STF

O prazo para o assistente recorrer, supletivamente, começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público. #FGV (TJES-23/TJMS-23/TJSC-24/TJPE-24/TJSE-25/TRF5-25/TRF1-25/TJTO-25/TJGO-26)

## Súmula 473-STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. #FGV (TRF2-26)

## Súmula 498-STF

Compete à Justiça dos Estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos crimes contra a economia popular. #FGV (TRF3-25)

## Súmula 512-STF

Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança. #FGV (TJGO-26/TJBA-26)

## Súmula 513-STF

A decisão que enseja a interposição de recurso ordinário ou extraordinário não é a do plenário, que resolve o incidente de inconstitucionalidade, mas a do órgão (câmaras, grupos ou turmas) que completa o julgamento do feito. #FGV (TJGO-26)

## Súmula 516-STF

O Serviço Social da Indústria (SESI) está sujeito à jurisdição da Justiça estadual. #FGV (TRF2-26)

## Súmula 524-STF

Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas. #FGV (TJSE-25)

## Súmula 545-STF

Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e tem sua cobrança condicionada a prévia autorização orçamentária, em relação a lei que as instituiu. #FGV (TJMS-25)

Superada em parte.

## Súmula 556-STF

É competente a justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista. #FGV (TJBA-26)

## Súmula 596-STF

As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional. #FGV (TRF1-25)

## Súmula 603-STF

A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri. #FGV (TJMS-25)

## Súmula 610-STF

Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não se realize o agente a subtração de bens da vítima. #FGV (3ENAM-25/4ENAM-25)

## Súmula 611-STF

Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 637-STF

Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município. #FGV (5ENAM-26)

## Súmula 690-STF

Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de habeas corpus contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais. #FGV (TRF6-25)

## Súmula 693-STF

Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada. #FGV (TJPE-24/TRF1-25/TJMS-25)

## Súmula 696-STF

Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal. #FGV (TJSC-22/TJES-23/TJPR-23)

## Súmula 702-STF

A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau. #FGV (TRF1-23)

## Súmula 704-STF

Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula 711-STF

A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência. #FGV (3ENAM-25/5ENAM-26)

## Súmula 714-STF

É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções. #FGV (TRF2-26)

## Súmula 718-STF

A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada. #FGV (TRF1-24)

# SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Súmula 7-STJ

A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. #FGV (TJMT-24)

## Súmula 30-STJ

A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis. #FGV (TJBA-26)

## Súmula 42-STJ

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento. #FGV (1ENAM-24/TRF5-25)

## Súmula 43-STJ

Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. #FGV (TJSC-24)

## Súmula 45-STJ

No reexame necessário, é defeso, ao tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública. #FGV (5ENAM-26)

## Súmula 54-STJ

Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual. #FGV (TJPR-21/TJSC-24-2/TJPA-26)

TEMA 1251-STJ - Reconhecido judicialmente o direito à indenização por danos morais decorrentes de perseguição política sofrida durante a ditadura militar, os juros de mora devem incidir a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ. STJ. REsp 2031813-SC e REsp 2032021-RS, julgado 10/12/2025 (Inf. 874) #FGV (TJPA-26)

## Súmula 66-STJ

Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por conselho de fiscalização profissional. #FGV (TRF5-25/TRF6-25)

## Súmula 69-STJ

Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel. #FGV (TJPE-24)

## Súmula 82-STJ

Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos à movimentação do FGTS. #FGV (TRF5-25)

## Súmula 84-STJ

É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro. #FGV (TJPR-21)

## Súmula 93-STJ

A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros. #FGV (TJBA-26)

## Súmula 96-STJ

O crime de extorsão consoma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida. #FGV (TJSC-22)

## Súmula 105-STJ

Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios. #FGV (TJGO-26/TJBA-26)

## Súmula 111-STJ

Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença. #FGV (TRF5-25)

## Súmula 122-STJ

Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a) do Código de Processo Penal. #FGV (TJPR-21)

## Súmula 130-STJ

A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento. #FGV (TJMT-24)

## Súmula 134-STJ

Embora intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação. #FGV (TJPR-21)

## Súmula 140-STJ

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima. #FGV (4ENAM-25)

## Súmula 147-STJ

Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função. #FGV (4ENAM-25)

## Súmula 150-STJ

Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. #FGV (1ENAM-24/TRF5-25)

## Súmula 151-STJ

A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens. #FGV (4ENAM-25)

## Súmula 160-STJ

É defeso, ao município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 161-STJ

É da competência da Justiça Estadual autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS / PASEP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta. #FGV (TRF5-25)

## Súmula 182-STJ

É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula 192-STJ

Compete ao juízo das execuções penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual. #FGV (TRF6-25)

## Súmula 194-STJ

Prescreve em vinte anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra. #FGV (TJSC-25)

## Súmula 213-STJ

O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária. #FGV (TJPR-21/TJBA-26)

## Súmula 224-STJ

Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito. #FGV (1ENAM-24/TRF5-25)

## Súmula 231-STJ

A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. #FGV (TJSC-22/1ENAM-24/TJPA-26)

## Súmula 234-STJ

A participação de membro do MP na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia. #FGV (TJSC-22)

## Súmula 235-STJ

A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado. #FGV (TJPR-21)

## Súmula 241-STJ

A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial. #FGV (TJSC-22)

## Súmula 265-STJ

É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa. #FGV (TJGO-26)

## Súmula 297-STJ

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. #FGV (TRF1-25/TJPR-26)

## Súmula 303-STJ

Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios. #FGV (TJSC-22)

## Súmula 314-STJ

Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente. #FGV (TJPR-21/TJSC-24-2/TJSE-25)

## Súmula 325-STJ

A remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, inclusive dos honorários de advogado. #FGV (SENAM-26)

## Súmula 332-STJ

A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia. #FGV (TJES-23/TJCE-25)

## Súmula 338-STJ

A prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas. #FGV (TJCE-25/TJPA-26)

## Súmula 339-STJ

É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública. #FGV (TRF1-25)

## Súmula 359-STJ

Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição. #FGV (TJES-23/TRF6-25/TJMS-25/TJPR-26)

## Súmula 360-STJ

O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo. #FGV (TJGO-23/TJMT-24/TRF3-35/TRF1-25/TJPR-26)

## Súmula 362-STJ

A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 364-STJ

O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas. #FGV (TJMS-23)

## Súmula 375-STJ

O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. #FGV (TJPE-24/TRF3-25)

## Súmula 383-STJ

A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda. #FGV (4ENAM-25)

## Súmula 385-STJ

Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento. #FGV (TRF6-25/TJMS-25)

## Súmula 392-STJ

A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução. #FGV (TRF1-25)

## Súmula 393-STJ

A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. #FGV (TJAP-22)

## Súmula 397-STJ

O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço. #FGV (TJAP-22)

## Súmula 401-STJ

O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial. #FGV (TRF5-25)

## Súmula 402-STJ

O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão. #FGV (TJGO-23)

## Súmula 403-STJ

Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais. #FGV (TJPR-21/TJSC-24-2)

## Súmula 404-STJ

É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros. #FGV (TJMS-25)

## Súmula 410-STJ

A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer ou não fazer. #FGV (TJMS-25)

▶ **ATENÇÃO!** A Corte Especial do STJ acolheu a proposta de afetação dos REspS 2096505-SP, 2140662-GO e 2142333-SP ao rito dos recursos repetitivos, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: "Definir se a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer". Determinou, ainda, a suspensão dos recursos especiais e agravos em recurso especial em trâmite nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais de todo o país que discorram sobre idêntica questão jurídica. (Inf. 835)

### Súmula 411-STJ

É devida a correção monetária ao creditamento do IPI quando há oposição ao seu aproveitamento decorrente de resistência ilegítima do Fisco. #FGV (TRF6-25)

### Súmula 415-STJ

O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada. #FGV (1ENAM-24)

### Súmula 435-STJ

Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente. #FGV (TJAP-22)

### Súmula 436-STJ

A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco. #FGV (TJES-23)

### Súmula 443-STJ

O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. #FGV (TRF1-25)

### Súmula 444-STJ

É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base. #FGV (TJPE-24/TRF3-25/TJGO-26)

### Súmula 447-STJ

Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores. #FGV (2ENAM-24)

### Súmula 449-STJ

A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora. #FGV (TJMS-23)

### Súmula 460-STJ

É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte. #FGV (TJPR-21/TJBA-26)

### Súmula 476-STJ

O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário. #FGV (5ENAM-26)

### Súmula 478-STJ

Na execução de crédito relativo a cotas condominiais, este tem preferência sobre o hipotecário. #FGV (1ENAM-24)

### Súmula 479-STJ

As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias. #FGV (TJBA-26)

## Súmula 480-STJ

O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa. #FGV (TJMT-24)

## Súmula 489-STJ

Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual. #FGV (TRF1-25)

## Súmula 490-STJ

A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a 60 salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 491-STJ

É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado. #FGV (TJMT-24)

## Súmula 492-STJ

O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente. #FGV (TJPR-26/TJPA-26)

## Súmula 493-STJ

É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 511-STJ

É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva. #FGV (TJMS-23/TJMT-24)

## Súmula 520-STJ

O benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato jurisdicional insuscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional. #FGV (TJPE-22)

## Súmula 522-STJ

A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa. #FGV (TENAM-24/TRF3-25)

## Súmula 525-STJ

A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais. #FGV (ZENAM-24)

## Súmula 527-STJ

O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado. #FGV (TENAM-24)

## Súmula 530-STJ

Nos contratos bancários, na impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada — por ausência de pactuação ou pela falta de juntada do instrumento aos autos —, aplica-se a taxa média de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor. #FGV (TRF6-25)

## Súmula 532-STJ

Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa. #FGV (TJPE-24)

## Súmula 536-STJ

A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. #FGV (TJSC-24/TJSC-24-2/TJMS-25/TJPA-26/TJGO-26)

## Súmula 538-STJ

As administradoras de consórcio têm liberdade para estabelecer a respectiva taxa de administração, ainda que fixada em percentual superior a dez por cento. #FGV (5ENAM-26)

## Súmula 541-STJ

A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. #FGV (TRF6-25)

## Súmula 542-STJ

A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada. #FGV (TJSE-25/TJTO-25)

## Súmula 543-STJ

Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento. #FGV (TJPA-26)

## Súmula 545-STJ

Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no artigo 65, III, d, do Código Penal. #FGV (TJPE-24/TJSC-25/TRF2-26)

▶ **ATENÇÃO!** A Terceira Seção, no julgamento do REsp 2001973-RS. (Tema repetitivo 1194), no dia 10/9/2025, revisou as Súmulas n. 545 e 630, que passaram a ter o seguinte teor:

Súmula 545-STJ - A confissão do autor possibilita a atenuação da pena prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, independentemente de ser utilizada na formação do convencimento do julgador. #FGV (TJMS-25/TRF2-26)

Súmula n. 630-STJ - A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes quando o acusado admitir a posse ou a propriedade para uso próprio, negando a prática do tráfico de drogas, deve ocorrer em proporção inferior à que seria devida no caso de confissão plena.

TEMA 1194-STJ

1. A atenuante genérica da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, é apta a abrandar a pena independentemente de ter sido utilizada na formação do convencimento do julgador e mesmo que existam outros elementos suficientes de prova, desde que não tenha havido retratação, exceto, neste último caso, que a confissão tenha servido à apuração dos fatos.

2. A atenuação deve ser aplicada em menor proporção e não poderá ser considerada preponderante no concurso com agravantes quando o fato confessado for tipificado com menor pena ou caracterizar circunstância excludente da tipicidade, da ilicitude ou da culpabilidade.

STJ. REsp 2001973-RS, julgado em 10/9/2025 (Inf. 863) #FGV (TJMS-25/TRF2-26)

## Súmula 547-STJ

Nas ações em que se pleiteia o ressarcimento dos valores pagos a título de participação financeira do consumidor no custeio de construção de rede elétrica, o prazo prescricional é de vinte anos na vigência do Código Civil de 1916. **Na vigência do Código Civil de 2002, o prazo é de cinco anos se houver previsão contratual de ressarcimento e de três anos na ausência de cláusula nesse sentido, observada a regra de transição disciplinada em seu art. 2.028.** #FGV (TJBA-26)

## Súmula 548-STJ

Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito. #FGV (4ENAM-25)

## Súmula 552-STJ

O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos. #FGV (TJGO-23)

## Súmula 555-STJ

Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. #FGV (TJES-23/TJPE-24)

## Súmula 558-STJ

Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada. #FGV (TRF1-25)

## Súmula 564-STJ

No caso de reintegração de posse em arrendamento mercantil financeiro, quando a soma da importância antecipada a título de valor residual garantido (VRG) com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário terá direito de receber a respectiva diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos pactuados. #FGV (3ENAM-25)

## Súmula 566-STJ

Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30/4/2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. #FGV (TRF6-25)

## Súmula 567-STJ

Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto. #FGV (TJSC-22/2ENAM-24)

## Súmula 573-STJ

Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução. #FGV (TJES-23)

## Súmula 581-STJ

A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória. #FGV (TJGO-23)

## Súmula 582-STJ

Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada. #FGV (3ENAM-25/TRF1-25/TJMS-25)

## Súmula 588-STJ

A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 593-STJ

O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente. #FGV (TJSE-25/3ENAM-25/TJTO-25)

## Súmula 596-STJ

A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais. #FGV (TJMT-24)

## Súmula 599-STJ

O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública. #FGV (1ENAM-24/TJPE-24/TJPA-26)

## Súmula 609-STJ

A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado. #FGV (TJBA-26)

## Súmula 610-STJ

O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, ressalvado o direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada. #FGV (TJAP-22/TJBA-26)

## Súmula 611-STJ

Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração. #FGV (TJPR-21/TJGO-23/5ENAM-26)

## Súmula 613-STJ

Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental. #FGV (TJAP-22/TJPE-24/TRF6-25)

## Súmula 616-STJ

A indenização securitária é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro. #FGV (TJAP-22/4ENAM-25)

## Súmula 620-STJ

A embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida. #FGV (TJGO-26)

## Súmula 623-STJ

As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor. #FGV (TJPE-24)

## Súmula 625-STJ

O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública. #FGV (TJSC-24-2/TRF5-25)

## Súmula 626-STJ

A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 631-STJ

O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais. #FGV (TJMS-23)

## Súmula 632-STJ

Nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil a correção monetária sobre indenização securitária incide a partir da contratação até o efetivo pagamento. #FGV (TJAP-22)

## Súmula 637-STJ

O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio. #FGV (TRF1-23)

## Súmula 639-STJ

Não fere o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal. #FGV (TRF6-25)

## Súmula 643-STJ

A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 647-STJ

São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar. #FGV (TJPA-26)

## Súmula 649-STJ

Não incide ICMS sobre o serviço de transporte interestadual de mercadorias destinadas ao exterior. #FGV (TJMT-24/TJTO-25)

## Súmula 650-STJ

A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/90. #FGV (1ENAM-24)

## Súmula 652-STJ

A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária. #FGV (TRF1-23/TJGO-23/TJPR-23/TJPR-26)

## Súmula 653-STJ

O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito. #FGV (TJSC-24-2)

## Súmula 659-STJ

A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações. #FGV (TJPA-26/TJGO-26)

## Súmula 665-STJ

O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada. #FGV (3ENAM-25/5ENAM-26)

## Súmula 674-STJ

A autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação per relationem nos processos disciplinares. #FGV (3ENAM-25)

## Súmula 676-STJ

Em razão da Lei n. 13.964/2019, não é mais possível ao juiz, de ofício, decretar ou converter prisão em flagrante em prisão preventiva. #FGV (TJSE-25/TJSC-25/3ENAM-25/TRF6-25/TJMS-25)

# TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## Súmula 6-TSE

São inelegíveis para o cargo de chefe do Executivo o cônjuge e os parentes, indicados no § 7º do art. 14 da Constituição Federal, do titular do mandato, salvo se este, reelegível, tenha falecido, renunciado ou se afastado definitivamente do cargo até 6 meses antes do pleito. #FGV (TJPR-21)

## Súmula 18-TSE

Conquanto investido de poder de polícia, não tem legitimidade o juiz eleitoral para, de ofício, instaurar procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei n. 9.504/1997. #FGV (TJAP-22)

## Súmula 33-TSE

Somente é cabível ação rescisória de decisões do Tribunal Superior Eleitoral que versem sobre a incidência de causa de inelegibilidade. #FGV (TJPE-24)

## Súmula 42-TSE

A decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas. #FGV (TJTO-25)

## Súmula 50-TSE

O pagamento da multa eleitoral pelo candidato ou a comprovação do cumprimento regular de seu parcelamento após o pedido de registro, mas antes do julgamento respectivo, afasta a ausência de quitação eleitoral. #FGV (TJTO-25)

# TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

## Súmula 74-TNU

O prazo de prescrição fica suspenso pela formulação de requerimento administrativo e volta a correr pelo saldo remanescente após a ciência da decisão administrativa final. #FGV (TRF3-25)